

Patrimônio Arqueológico Indígena no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG: Ações de Preservação e Proteção de Acervos no Ambiente da Universidade Federal de Uberlândia

Indigenous Archaeological Heritage in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba-MG: Actions of Preservation and Protection of Collections in the Environment of the Federal University of Uberlândia

Marcel Mano¹

Robson Antonio Rodrigues²

Aurelino José Ferreira Filho³

¹ Doutor em Antropologia, é professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/INCIS/UFU e Programa de Pós-Graduação em História PPGHI/INHIS/UFU da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marcelmano@ufu.br

² Doutor em Arqueologia, é pós doutorando em Ciências Sociais e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -PPGCCS/INCIS/UFU da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: robson_arqueo@yahoo.com.br

³ Doutor em História, é professor do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia e pós doutorando no PPGCS/INCIS/UFU. E-mail: aurelino.ufu@gmail.com

RESUMO

Nas sociedades democráticas recentes o entendimento e a salvaguarda do patrimônio cultural passam pelo exercício da cidadania, já que os conhecimentos, as inovações e as práticas orientadas pelas tradições são apropriadas pelos diversos grupos sociais. A Arqueologia, enquanto campo da ciência que estuda os vestígios materiais da ação humana e seus patrimônios culturais, fornece elementos para estabelecer a ligação entre gerações passadas e futuras e, por isso, colabora com a incorporação de um conjunto de expressões materiais à memória local, regional e nacional. No Brasil, o patrimônio arqueológico, quando manejado de forma consciente, pode fazer com que os vestígios arqueológicos passem a ser reconhecidos pela população como parte de sua história e, conseqüentemente, valorizados, podendo gerar desdobramentos preservacionistas. Essa perspectiva está diretamente relacionada ao papel que os museus possuem, pois são espaços onde se aglutinam os processos do trabalho humano e seu contexto. Nesse sentido, os museus atuam como sistemas de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com os processos e com os produtos culturais. Com base nisso, o artigo pretende apresentar um panorama inicial das ações movidas por um grupo de pesquisadores das áreas de Arqueologia, Antropologia e História Indígena para criar um espaço público de preservação do patrimônio arqueológico indígena no Triângulo Mineiro.

Palavras-Chave: Patrimônio Arqueológico; Museu de Antropologia e Arqueologia; Índios no Brasil; Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

In recent democratic societies, understanding and safeguarding cultural heritage involves the exercise of citizenship, since knowledge, innovations and different social groups appropriate practices guided by traditions. Archaeology, as a field of science that studies the material traces of human action and its cultural heritage, provides elements for the understanding of social dynamics and establishes a link between past and future generations, thus allowing the incorporation of a set of material expressions into local, regional and national memory. In Brazil, archaeological heritage, when consciously managed, can make archaeological remains recognized by the population as part of their history, consequently valued, and can generate preservationist developments. This perspective is directly related to the role and practices that museums have, as they are spaces where the processes of human work and their context come together. In this sense, museums act as communication systems that serve to establish community interaction with the process and with cultural products. Based on this, the article intends to present an initial overview of the actions taken by a group of researchers in the areas of Archaeology, Anthropology and Indigenous History to create a public space for the preservation of the indigenous archaeological heritage in the Mineiro Triangle.

Keywords: Archaeological Heritage; Archaeological and Anthropological Museum; Indians in Brazil; Mineiro Triangle.

1. Patrimônio, Arqueologia Pública e Arqueologia Regional.

A disseminação de valores sociais, enquanto instrumento da formação de cidadãos livres e atuantes no seio das sociedades democráticas recentes, deve necessariamente incorporar mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural dos seus diversos grupos sociais. Somente esses mecanismos podem permitir a transmissão-apropriação de um conjunto de bens para as gerações futuras, desde que se entenda que um bem “quer dizer coisa boa, aprazível, benéfica, gratificante, confiável, [...] mesmo que no sentido vulgar, [...] trata-se sempre de um valor positivo” (MENESES, 2006, p. 37).

Na atualidade, esse sentido de bem, posto em relação a seu valor social, se amplia e dá lugar ao conceito de patrimônio. Na sua tradução, patrimônio não é apenas um bem que se herda familiarmente, mas também são elementos (materiais e/ou imateriais) constitutivos da consciência de um grupo. Por isso mesmo, a apropriação discursiva do patrimônio no seio de uma dada sociedade é, muitas vezes, cheia de disputas e negociações porque, por meio dele, articulam-se passado e memória na formulação de uma identidade social. Ou em outros termos, o conjunto de bens que compõe um patrimônio servem de símbolos à construção de um sistema que procura integrar a unicidade da existência de um grupo enquanto tal, ao mesmo tempo diferenciando-o em relação aos outros grupos.

Os mecanismos de apropriação patrimonial nos ensinam, portanto, a respeitar o passado e os agentes portadores de saberes e tradições; mas isso não pode representar uma noção de patrimônio, de identidade, de história e de cultura dentro de uma visão essencialista. É tão certo que um grupo se constitui por experiências históricas compartilhadas e por símbolos comuns, quanto o é também o fato dos sujeitos sociais, a depender dos contextos, dos signos e dos interesses, reinventarem a sua própria história e cultura ao longo das diferentes épocas e nos mais diferentes locais. A esse campo de significação podemos definir como território sociocultural, *locus* onde o ser humano construiu a sua história e deixou marcas para a posteridade.

Nesse aspecto, e na perspectiva da arqueologia pública, este artigo objetiva tecer um breve panorama do patrimônio arqueológico, especificamente sítios compostos por um rico acervo de artefatos lito-cerâmicos indígenas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG; bem como apresentar a proposta de constituição do Museu de Antropologia e Arqueologia –MAnA- da Universidade Federal de Uberlândia– UFU⁴, que até recentemente se apresentava como Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR⁵. Esse projeto é resultado dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena - GEPAEHI, sediado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – INCIS da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Em face de seu escopo, os esforços de criação deste espaço nos situam, assim, no campo da arqueologia pública, uma vez que:

Arqueologia Pública é um campo de recente desenvolvimento, resultado das transformações no âmbito das sociedades e da ciência Arqueologia. O termo Arqueologia Pública, como campo de pesquisa arqueológica, foi mencionado pela primeira vez em 1972 nos Estados Unidos, na obra de Charles McGimsey III, associado às questões práticas ligadas à gestão de patrimônio cultural, distinguindo-o dos estudos meramente acadêmicos. Em território brasileiro, a consolidação da Arqueologia Pública aconteceu devido ao processo de redemocratização política, a partir da década de 1980 (OLIVEIRA, 2005, p. 118). Foi a partir daí que se passou a refletir sobre métodos, práticas, valores e significados de como seriam divulgados os trabalhos arqueológicos. Desse processo nasceu a Arqueologia Pública brasileira. Nesse contexto brasileiro, uma das principais implicações da década de 1980 foi a elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, que veio garantir e normatizar os direitos dos cidadãos brasileiros e, com isso, proporcionou também a

⁴ Com este objetivo foi instituída, por meio da PORTARIA PROEXC Nº 44, de 10 de dezembro de 2019, no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, a Comissão de estruturação e criação do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU.

⁵ Em artigo recente, publicado nos ANAIS do V Seminário de Preservação Arqueológica, realizado em novembro de 2019, no Rio de Janeiro, este projeto ainda se constituía como Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR.

valorização da diversidade ambiental e cultural. (SOUZA; SILVA, 2017, p. 2)

A região que compreende o atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conta com um importante conjunto de sítios arqueológicos, constituindo por significativos acervos artefatuais, a céu aberto, espalhados por seus municípios. Em recente levantamento e sistematização de informações realizadas pelo GEPAEHI, a região supracitada apresenta, até o presente momento, um total de 203 sítios arqueológicos indígenas⁶, com ênfase para os conjuntos de sítios localizados nos municípios de Ituiutaba, Prata, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Centralina, Cachoeira Dourada, Perdizes, Patrocínio, Santa Vitória e Uberlândia. Apesar de alguns desses sítios contarem com significativas informações a partir de pesquisas e diagnósticos arqueológicos já produzidos, o que amplia muito os dados já conhecidos, eles não esgotam nem os registros nem os estudos, pois, dado o quase completo desconhecimento em relação às histórias e culturas indígenas numa perspectiva regional, o contexto pode ainda ser definido por seu alto potencial de pesquisa.

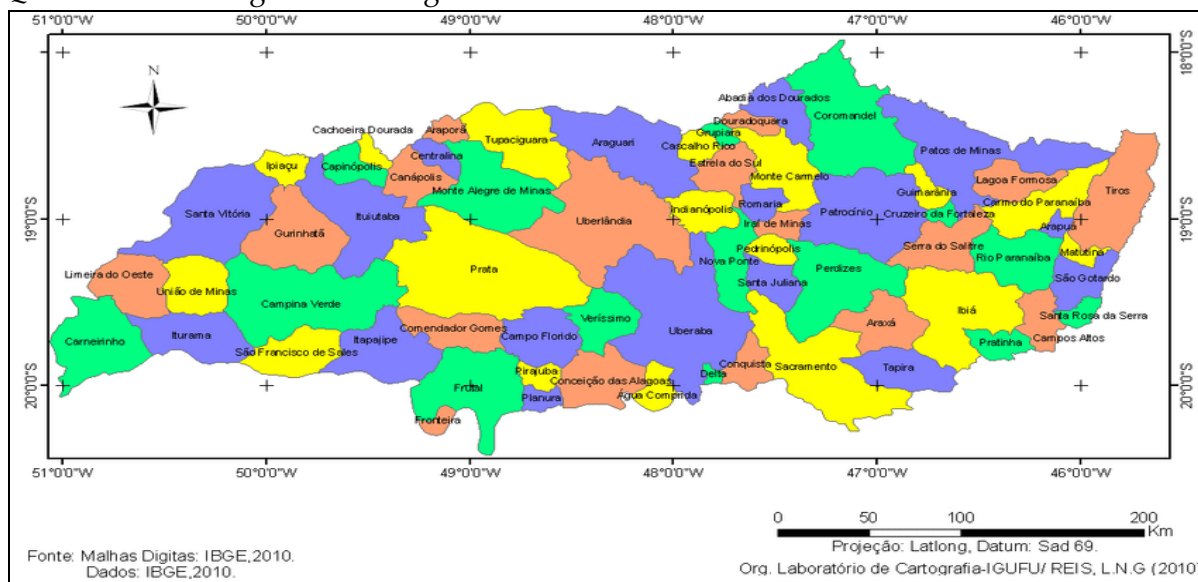
Além dos sítios acima mencionados, há informações de achados líticos e cerâmicos também em outros municípios da região, como Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacaçu, Araporã, Iraí de Minas, Tupaciguara, Araguari, Iturama, Campina Verde, entre outros, podendo ainda revelar muitas informações sobre os grupos indígenas que habitaram a região, suas culturas e modos de vida. Entretanto, este conjunto artefactual encontra-se permanentemente ameaçado pela ação do tempo e pela ação humana, seja por construções de hidrelétricas, rodovias, expansão do agronegócio, ou até mesmo manuseio da terra por meio de tratores nas pequenas propriedades da região.

É em função desse duplo contexto, qual seja: o amplo potencial de pesquisa e a necessidade de intervenção em um cenário de ameaças ao patrimônio arqueológico

⁶ Conforme dados do Projeto: **Pesquisas sistemáticas e estudos etnoarqueológicos no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais**. GEPAEHI/NUPECS/PPGCS/INCIS.

indígena regional, que se insere a proposta de criação do Museu de Antropologia e Arqueologia –MANA- da UFU.

Quadro 1: Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG



Fonte: Google (https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Municipios-da-Mesorregiao-do-Triangulo-Mineiro-Alto-Paranaiba-MG_fig1_277030819)

2. Aspectos conceituais da proteção do patrimônio arqueológico no contexto da Arqueologia Pública brasileira

Os trabalhos de pesquisa e extensão até agora realizados na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG, têm, ao nosso ver, contribuído para o desenvolvimento de uma Arqueologia pública. Por meio da identificação de sítios, de coleções e de danos aos patrimônios, instalou-se, entre outras ações, uma série de tratativas com o Ministério Público Federal, a Universidade Federal de Uberlândia – UFU- e empresas que impactaram sítios arqueológicos regionais, no sentido de criar condições para a constituição do referido Museu. Quando consolidado, ele certamente se constituirá em importante aporte a uma prática arqueológica voltada para os objetivos de uma arqueologia pública.

A Arqueologia Pública tem como um de seus objetivos a publicização da ciência arqueológica para que o conhecimento advindo das

pesquisas acadêmicas não se restrinja apenas ao meio acadêmico, mas possa abarcar o público considerado “leigo”, isto é, que não teve acesso a determinadas informações sobre determinado enfoque do patrimônio cultural arqueológico. Fernandes (2007), em seus estudos, aponta a educação patrimonial como “[...] um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania” (FERNANDES, 2007, p. 62). Tal processo possibilita o desenvolvimento das ações da Arqueologia Pública em seu sentido amplo, pois busca firmar a cidadania diante do próprio contexto cultural em que os indivíduos estão inseridos. (SOUZA; SILVA, 2017, p. 5)

Ao cumprir seu papel na publicização de acervos e conhecimentos, o museu servirá de veículo para a apropriação pública do patrimônio cultural e, por este meio, do conseqüente processo de construção de discursos coletivos de pertencimento. Por isso, a noção de patrimônio cultural deve se inserir num contexto histórico amplo. Afinal, a atribuição de significados aos objetos e bens patrimoniais pode às vezes ser usada como prática discursiva do Estado e de movimentos nacionalistas (JONES, 1997; TAMASO; LIMA FILHO, 2012), como relação de poder (SCHIAVETTO, 2005) e como colonialidade (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016) e, mais recentemente, se processam também apropriações e interpretações indígenas de cunho simultaneamente cosmológico e político (VELDEN, 2018; EREMITES DE OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2002). É assim que, na atualidade,

[...] passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário (SEGALA, 2006:2).

Nesse sentido, a noção de patrimônio está intrinsecamente ligada à de identidade. Como acima mencionado, o patrimônio serve de símbolo para a construção de um duplo sentimento: o de pertença e unidade interna, e o de diferenciação externa, já que a identidade se constrói sempre em relação a algo que

lhe é exterior. É por isso que, no contexto antropológico, a categoria nação, como a de etnia, que também dependem de símbolos internos agregadores e formadores da consciência de uma unidade singular e diferenciada, pressupõe também a construção de uma identidade particular a partir da qual possam se expressar. Por isso nações, etnias e identidades definem-se como unidades apenas dentro ou a partir de certas diferenças baseadas em distinções que dizem respeito às condições e representações particulares que cada grupo tem de si e dos outros. Parece ser universal os grupos distinguirem-se tanto daqueles outros com os quais mantêm contato; como com os quais partilham uma série de dados culturais. Neste último caso, as sociedades pluriculturais modernas são o exemplo, já que em seu interior e apesar de certos traços comuns, grupos afirmam suas diferenças por critérios estabelecidos pelos valores próprios a cada coletivo, garantindo, assim, sua unidade e diferenciação em relação aos outros. Nesse sentido, os conceitos nação e etnia são correlatos ao de identidade. São-lhes imprescindíveis uma memória histórica comum e um conjunto de símbolos significantes compartilhados para funcionarem como categorias de unidade e pertencimento. Seja pelas vias do discurso ou da experiência, esses símbolos se exteriorizam em dados culturais materiais e imateriais que damos os nomes de bens e patrimônios.

As relações perpétuas que se fundam então entre patrimônio – cultura - identidade tornam possível uma ampla abrangência conceitual para a abordagem do patrimônio cultural. Para isso, basta pensar a relação do patrimônio com a própria definição antropológica da cultura como tudo o que caracteriza uma população humana, ou como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social. Desse modo, a abordagem do patrimônio se abre naturalmente para diferentes direções.

[...] todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma sobre as outras sociedades, sobre o meio material em que vive, sobre a própria existência, inclusive as formas de expressão simbólica desse

conhecimento por meio de ideias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Dada essa abrangência, o entendimento do patrimônio cultural passa, também e necessariamente, pelo exercício da cidadania e pelo reconhecimento dos diferentes conhecimentos tradicionais organizadores dos sistemas culturais. Desse ponto de vista, os conhecimentos, as inovações e práticas orientadas pelas tradições estão relacionados à existência de um povo como parte construtiva de suas experiências culturais e, por esta razão, são inalienáveis (OLIVEIRA, 2004).

O Patrimônio Cultural Arqueológico, aqui entendido como expressão material da cultura é, portanto, herança da humanidade e

[...] engloba todos os vestígios da existência humana. Enquanto abrangência interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (Carta de Lausanne, 1990: apud BASTOS et al, 2005:31)

A Arqueologia, ao estudar os vestígios materiais da ação humana identificados nos sítios arqueológicos, cria eventuais patrimônios e, antes de tudo, uma forma de olhar o passado das diversas populações, já que o olhar sobre esses vestígios "é um reflexo ou produto de seu próprio tempo [...] como resultado da natureza dinâmica que a disciplina possui" (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p.11). Enquanto ciência, ela fornece, então, elementos para construir uma fonte de memória coletiva. Pois os vestígios ou patrimônios arqueológicos, estudados a partir das correlações entre o homem e a natureza como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 1988), permitem a compreensão do funcionamento e transformação dos grupos humanos, de suas histórias e memórias.

Os artefatos e objetos de acervos históricos, muitas vezes resultados de empreendimentos privados ou públicos, são, portanto, importantes registros de memória coletiva. São documentos raros, fruto do trabalho humano e correspondem às condições e circunstâncias de produção de determinadas sociedades dentro de um período histórico. Ao contrário da visão do patrimônio cultural (referindo-se aos objetos de museus) como coisas velhas e estagnadas, o contato com os mesmos pode vir a ser dinâmico e transformador. Para isso, a experiência do contato com os registros culturais musealizados devem propiciar momentos de reflexão e crítica que ajudem a nos localizar no grupo cultural ao qual pertencemos, e a conhecer outras expressões culturais que dão forma e conteúdo à nossa sociedade.

Mas para se conseguir atingir as possibilidades analíticas aqui propostas é necessário ter acesso ao patrimônio arqueológico. Nesse caso, há duas saídas. A primeira é adotar a linha metodológica de pesquisas de campo para localização e registro de contextos arqueológicos que privilegia a investigação de caráter regional (MORAIS, 1990 e 1997). Ela se articula com a perspectiva da varredura sistemática das áreas investigadas, em sintonia com a metodologia conhecida na literatura como “full coverage survey” ou “prospecção intensiva sistemática” (FISH e KOWALEWSKY, 1990 apud DE BLASIS e MORALES, 1995), e fornece um processo interdisciplinar com a exploração máxima das possíveis relações entre os diversos itens observados. Com isso, a localização, identificação e registro dos contextos de assentamentos humanos pretéritos proporcionam dados importantes, no que diz respeito às formas, funcionamento e mudanças das ocupações humanas; bem como os modos de interação homem/meio ambiente no contexto paleogeográfico-histórico regional. Na aplicação do método de pesquisa são ainda consideradas as situações dos terrenos nos locais pesquisados, e sua influência no patrimônio arqueológico que porventura existam em instituições culturais.

A segunda saída para o acesso ao patrimônio e a constituição de acervos arqueológicos é o contato com coleções já constituídas e que podem ser analisadas e

interpretadas. Identificar e qualificar um artefato, objeto, ou mesmo uma coleção, determinando aproximadamente a época de seu registro, origem e procedência, possibilita uma compreensão mais abrangente desses objetos. Em alguns casos, os artefatos arqueológicos provenientes de acervos musealizados se encontram degradados e fragmentados devido às condições do local onde estavam depositados, como temperatura e umidade. Porém, mesmo fragmentados, é possível devolver a estabilidade a estes artefatos unindo estes fragmentos com o objetivo de preservar suas características e realizar os registros históricos. Acervos recuperados com preservação de sua integridade física proporcionam uma vida duradoura permitindo possibilidades de reconstituição do passado, e garantindo a permanência de um testemunho físico de sociedades e culturas pretéritas.

Em face dessa abrangência, o caminho percorrido na análise dos acervos segue por um trajeto marcado pela associação de elementos arqueológicos, históricos e etnográficos, por meio da qual é possível levantar dados e informações a respeito da produção material de populações no contexto regional. No trabalho que temos procurando desenvolver na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG, a problemática permite um entrelaçamento entre diferentes dados que nos levam a campo e, em seguida, ao laboratório e ao gabinete, sem se esgotar em si mesmo, numa permanente renovação da pesquisa a cada passo do processo.

Cabe ressaltar que adotamos como modelo teórico uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades indígenas historicamente conhecidas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorizações para responder questões de interesse arqueológico e etnológico (KENT, 1987; THOMPSON, 1991 e STARK, 1993). Essa é uma estratégia de pesquisa que visa produzir uma base de dados etnográficos e históricos sobre o comportamento humano que, em relação aos estudos de cultura material, deve auxiliar nas teorizações sobre os processos de formação dos registros arqueológicos e históricos (HODDER, 1982; SCHIFFER, 1992).

Neste sentido, o Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU, a ser

constituído inicialmente com os acervos oriundos das UHEs de Miranda e Nova Ponte, se constituirá como espaço de atividades múltiplas nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão e da formação. Proporcionará o desenvolvimento e o diálogo de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento: antropológico, arqueológico, histórico, artístico, educacional, geográfico, entre outros. Constituir-se-á em ambiente para salvaguarda, curadoria e exposição do patrimônio arqueológico indígena regional. Servirá para o resgate da memória e para a afirmação étnica de remanescentes indígenas e das comunidades envolvidas. Será espaço para a educação patrimonial; etc. Em face desse amplo e importante leque de ações e intervenções, o Museu será, enfim, fundamental para o desenvolvimento da Arqueologia local na perspectiva de uma Arqueologia pública, uma vez que: “[...] a Arqueologia Pública tem o papel social de transmitir o valor público do patrimônio arqueológico, buscando intensos diálogos com as comunidades envolvidas” (BESSEGATO, 2004 apud LIMA, 2006, p. 53)

3. Arqueologia e história dos índios no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Apesar da referência a sítios arqueológicos na área de abrangência supracitada, de acordo com a pesquisa de Delforge (2010) essa região ainda é pouco conhecida do ponto de vista arqueológico, apresentando poucos sítios georreferenciados. Segundo o autor, os sítios arqueológicos conhecidos na bacia do Rio Grande e Paranaíba se concentram nos vales dos rios, e esta característica se deve aos tipos de empreendimentos que financiaram as pesquisas. Entre eles as hidroelétricas UHE Funil, UHE Igarapava, PCH B3, linhas de transmissão elétrica da Transudeste, Juiz de Fora - Itutinga, Emborcação - Nova Ponte; e mais alguns estudos ligados ao parcelamento de solo e achados fortuitos (DELFORGE, 2010).

Tal assertiva só reforça a identificação da Arqueologia pública como importante referencial prático-teórico para o trabalho que temos buscado desenvolver na região, uma vez que:

Em território brasileiro, a Arqueologia Pública e suas discussões estão relacionadas à intensificação do desenvolvimento de pesquisas preventivas, através de contratos em empreendimentos diversos, sua discussão e prática estão associadas ao desenvolvimento para a sustentabilidade socioambiental inserida num contexto capitalista. A Arqueologia Pública, no Brasil, é indissociável ao desenvolvimento de pesquisas de contrato, sendo que as ações daquela, na grande maioria das vezes, são feitas nas escolas. (SOUZA; SILVA, 2017, p. 9)

No tocante à arqueologia praticada na região, além de importantes pesquisas, já há também algumas sistematizações de seus resultados. Tomando como referência as análises produzidas por pesquisadores da região⁷, podemos dizer que alguns sítios se caracterizam como pré-coloniais, a céu aberto, com presença de artefatos cerâmicos; líticos lascados e polidos; pontas de flechas e lanças; igaçabas; panelas; ossadas; machadinhas de diversas formas; mão de pilão e raspadores; entre outros. Ainda como pré-coloniais são sítios com pinturas rupestres em afloramento rochoso, localizado na área rural do município de Prata. Finalmente, existem ainda na região sítios históricos, principalmente associados a quilombos⁸ e antigos aldeamentos indígenas registradas por Giralдин (1997).

Quadro 2: Mapa apresentando os locais de aldeias e aldeamentos na região.

⁷ Principalmente nas bacias dos rios Piedade, Tijuco, Prata, Uberabinha; córregos do Sertãozinho, do Capim, da Caçada, do Monjolinho, do Pastinho, do baixadão, do Barreto e Sucuri e Ribeirão dos Patos.

⁸ Como o Quilombo do Sertãozinho inscrito no cadastro nacional de Quilombos, no Ministério da Cultura e Fundação Nacional Zumbi dos Palmares, e o Quilombo do Ambrósio, grande conglomerado de quilombos que no século XVIII, proliferavam na região oeste das Minas Gerais.

maioria dos quais nas margens do Rio Paranaíba, em área onde as margens foram alagadas pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, construída em 1950. O material coletado foi levado para ser analisado no Laboratório de Arqueologia da UFVJM e os trabalhos ainda estão em andamento, mas dois desses sítios ceramistas já foram datados (Corgão II e III) e apresentaram datas por volta de 600 a 500 anos AP.

Embora essas ocupações sejam relativamente recentes do ponto de vista arqueológico, há na região sítios bem mais antigos associados a grupos caçadores - coletores. Segundo Prous (1992), as principais pesquisas referentes a esses grupos se deram em torno dos abrigos calcários do estado de Minas Gerais, devido ao fato destes apresentarem uma maior preservação dos vestígios em relação aos sítios de céu aberto. A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG apresenta dados importantes para o conjunto de sítios líticos associados aos grupos caçadores - coletores que se assentaram na região a cerca de 7000 anos AP.

No município de Centralina, no qual se sobressai o sítio Rezende localizado no Rio Piedade, próximo à sua foz no Paranaíba, após várias campanhas de escavação foi possível identificar esses dois horizontes arqueológicos. A primeira ocupação corresponde a um acampamento de grupos caçadores-coletores datado de 7300±80 anos AP, e a segunda estaria ligada a comunidades ceramistas sendo datadas de 1190±60 anos AP a 460±50 anos AP. O projeto continua sendo executado e tem gerado diversas publicações e teses (FAGUNDES, 2004; MEDEIROS, 2007).

Um aspecto importante para a região corresponde, ainda, aos diversos relatos orais que demonstram o contato direto das pessoas com os vestígios arqueológicos, principalmente no momento de abertura do solo para plantio agrícola, dentre os quais são identificados fragmentos cerâmicos, machados de pedra polida, fragmento de um pilão e outras ferramentas líticas (RODRIGUES, 2015).

Como se observa, a Arqueologia regional se coaduna com a que se tem praticado no Brasil que, com raras exceções, é uma arqueologia pré-colonial. Nesse aspecto, vale ressaltar a afirmação de Barreto (2000, p. 32):

[...] a maior parte do conhecimento arqueológico produzido no Brasil trata do período pré-cabralino. A arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais. Há 500 anos que estes restos materiais têm sido encontrados, estudados e interpretados. Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro.

Confirmando então esta assertiva, e apesar das diferentes conjunturas de ocupação humana na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG, a Arqueologia que vem sendo realizada na região tende a dar atenção aos períodos mais recuados na história regional, a citar os contextos caçadores-coletores e horticultores-ceramistas do período pré-colonial. Assim, ainda está por se fazer uma arqueologia do indígena do período colonial, na qual serão profícuas as pesquisas nos sítios de antigas aldeias e seus antigos aldeamentos⁹, pois neste caso poderiam ser colocados em diálogo uma série de dados provenientes dos campos da Arqueologia, da Antropologia, da Etnologia e da História Indígena.

À espera disso, os estudos acerca das populações indígenas historicamente descritas a partir do século XVIII podem ainda ser muito úteis. Embora não se possa estabelecer uma relação direta entre esses grupos e os assentamentos indígenas pré-coloniais, os dados podem servir para pensar hipóteses e testar modelos para a análise do patrimônio arqueológico regional, tal como aludimos acima (KENT, 1987; THOMPSON, 1991 e STARK, 1993).

Foi apenas muito recentemente que surgiu uma linha de pesquisa definida em torno da história indígena numa perspectiva regional. A partir de um recorte

⁹ Sabidamente os aldeamentos na Estrada dos Goiases (1748-1816): Rio das Pedras, Estiva, Pissarrão, Boa Vista, Santana, Rocinha, Lenhoso, Uberaba e Baixa.

simultaneamente espacial e temporal: a região do atual norte de São Paulo, Triângulo Mineiro e sul de Goiás nos séculos XVIII e XIX, alguns dados sobre a ocupação dos grupos horticultores ceramistas do período colonial apresentam um contexto extremamente rico para a Arqueologia. De acordo com esses trabalhos, essa região se compôs como um extenso corredor de tráfego e de interações entre diversos grupos étnicos, tais como os Tupi do interior, associados aos Guarani vindos do sul, e os Jê Centrais e Meridionais (MANO, 2006).

As pesquisas já desenvolvidas pelo GEPAEHI (ALVES, 2017; JUNQUEIRA, 2017; FERREIRA FILHO, 2015, MORI, 2015; RODRIGUES, 2013; ZISSI, 2019; MANO, 2010, 2011, 2012, 2015) mostram que, durante os séculos XVIII e XIX, a região do Triângulo Mineiro, norte de São Paulo, sul de Goiás e leste do Mato Grosso do Sul era habitada por uma série de grupos indígenas, genericamente denominados de “Cayapó”. O primeiro registro do termo é de 1723 quando Antônio Pires de Campos os alcança no sul de Goiás (CAMPOS, 1976, p. 181). Mas na verdade, esse termo parece se camuflar entre realidade e construção. De fato, como se sabe hoje, parte desses grupos “Cayapó” citados nas fontes do XVIII são os atuais ‘Panará’ ou ‘Kreen-Akarôre’, contatados na década de 1970 na região norte de Mato Grosso, nas margens do rio Peixoto de Azevedo (EWART, 2015, p. 203; GIRALDIN, 1997, p. 121; HEELAS, 1979; TURNER, 1992, p. 312-313; SCHWARTZMAN, 1987, p. 264-265). Os Panará falam uma língua da subfamília Jê Setentrional que inclui, além deles, os ‘Mebengokré’, os ‘Suya’, os ‘Apinayé’ e as línguas ‘timbira’. Portanto, parece certo pensar que parte dos grupos registrados nas fontes como ‘Cayapó’ nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba podem ser associadas aos grupos linguísticos dos Jê Setentrionais.

Por trás dessa verdade é preciso ainda pensar que o termo “Cayapó” corresponde também a uma construção colonial da etnicidade. Termo de origem Tupi que significa “como macaco” (TURNER, 1992, p. 311), durante o século XVIII ele foi usado indistintamente a uma série de grupos não Tupi ou Guarani, já que a

língua desses grupos “Cayapó” “era diversa da geral” (BRAGA, 1976, p. 126). Por isso, esse termo devia fazer referência não a um grupo ou etnia, mas a grupos não assimilados e não catequisados que varriam os caminhos das minas de Goiás. Assim, e tal como já se tem mostrado que grupos documentalmente tratados como Coroado – Guayaná no interior do estado de São Paulo eram, em parte, grupos dos Kayngáng e Xokléng -Jê meridionais (MANO, 2006; MONTEIRO, 1992); o termo ‘Cayapó’ nas regiões dos atuais norte de São Paulo, Triângulo Mineiro e sul de Goiás tem de ser tomado como um termo genérico que devia abrigar não só os ‘Cayapó’ - Panará, mas também diferentes grupos da família linguística Jê do Tronco Macro-Jê identificados pela moderna etnografia como Jê centrais e setentrionais, dentre os quais os Xavante, os Xakriabá, os Akroá, os Kayapó, os Pareci, ente outros.

Do ponto de vista da história indígena, a região se constituía, então, como corredor de influência entre vários grupos e tradições culturais, cujas fronteiras espaciais e sociais foram porosas. Ao que tudo indica, esses diferentes grupos dos Jê mencionados nas fontes coloniais mantinham entre si variadas formas de relações e trocas, ora marcada por amizade, ora por guerra, ora por comércio, ora por parentamento etc , fazendo circular e transitar entre esses grupos pessoas, bens, serviços, conhecimentos, materiais e técnicas. Essa rede devia ainda incorporar, como acima mencionado, grupos Tupi –Guarani- e grupos dos Jê meridionais. Além de ocuparem espaços contíguos e de fronteiras também porosas, as relações entre esses grupos podem, é claro, ter afetado o registro material encontrado nos sítios arqueológicos.

A esse complexo cenário o período colonial enxertou ainda não índios, índios administrados nos aldeamentos, negros quilombolas, negros forros, homens livres pobres etc. fazendo entrar em ebulição uma intensa e complexa rede não estruturada de contatos, trocas, aquisições, incorporações que moveram a história na região. Com base nesses dados, uma arqueologia indígena deverá trazer à tona a materialidade e o registro físico dessas fronteiras étnicas porosas e dos entre lugares ocupados por

sujeitos de diferentes grupos e culturas em contato. Com esse cenário de amplas possibilidades de cruzamento de dados e pesquisas correlatas, o Museu certamente servirá como espaço público para a revisão e a reescrita da história, da cultura e da memória local.

4. O Museu de Antropologia e Arqueologia – MAnA - UFU.

É nesse contexto de alta capacidade arqueológica da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que se insere o projeto do Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR, da Universidade Federal de Uberlândia, que recentemente, a partir de tratativas com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC UFU e Ministério Público Federal (MPF) do município de Uberlândia-MG, se viabilizará como Museu de Antropologia e Arqueologia da mesma universidade, já citado vários vezes neste artigo.

Destaca-se que este Museu se constituirá como principal instituição de guarda de bens arqueológicos na região, e se articulará com outras instituições em Minas Gerais¹⁰ com autorização do IPHAN.

A ser constituído em parte de um antigo, mas adequado, prédio da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como mencionado o referido museu deverá se constituir em um espaço multidisciplinar de diálogo entre a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Geografia, a Educação, entre outras áreas, inicialmente associado aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais – UFU, e nos Cursos de Graduação de História do ICHPO – UFU. Seu objetivo acadêmico é o de estabelecer diálogos interdisciplinares na construção de referenciais epistemológicos e abordagens metodológicas para o

¹⁰ Atualmente, as instituições autorizadas no Estado são: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire (CAALE); Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem da UFVJM; Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco (MAC); Museu de Ciências Naturais PUC Minas; Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1318/>.

estudo das Histórias e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil e, em especial, dos grupos Jê.

Sua finalidade é promover o intercâmbio entre pesquisas dessas áreas do conhecimento que permitam desenhar um quadro das dinâmicas das ocupações indígenas, os impactos coloniais e os rearranjos socioculturais sofridos pelas populações originais do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. Além disso, deverá promover e fomentar a pesquisa, debate e ações de proteção, preservação, musealização e patrimonialização do acervo constituído por sítios arqueológicos existentes na região.

O Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU se definirá como uma instituição inter-campi, envolvendo unidades da Universidade Federal de Uberlândia presentes nos municípios de Uberlândia e de Ituiutaba. Será um núcleo responsável por realizar a curadoria e guarda (a partir da triagem, preparação, higienização, conservação, catalogação e análises) de acervos arqueológicos oriundos de pesquisas ou de doações diversas realizadas na região definida atualmente pelo sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul.

Este espaço se constituirá em um ambiente físico que comportará e acomodará adequadamente acervos arqueológicos, pesquisadores e discentes da própria universidade, pesquisadores e visitantes de outras instituições de ensino e pesquisa, bem como interessados diversos. Realizará a curadoria, guarda e processamento dos acervos arqueológicos recebidos; terá condições de conservação, acondicionamento e segurança dos acervos arqueológicos em reserva técnica adequada; possuirá equipamentos para armazenamento de dados, informações e documentos, facilitando o acesso e uso pela comunidade científica e leiga através da organização de exposições temáticas, cursos de extensão e gestão do sistema de informações geográficas dos sítios arqueológicos.

Para o devido acondicionamento dos acervos arqueológicos nas dependências do Museu de Antropologia e Arqueologia da UFU será necessária a constituição de uma reserva técnica adequada aos padrões atuais da conservação, guarda e segurança, contendo equipamentos que atendam as necessidades de proteção e preservação. Além disso, o Museu deverá ter um sistema informatizado para gestão e acesso dos acervos do patrimônio arqueológico salvaguardados. O Museu pretende, também, se consolidar como referência para o diálogo com e entre a população indígena da região.

Nesse sentido, o patrimônio arqueológico indígena que o museu abrigará terá como perspectiva ajudar a estabelecer a ligação entre as gerações passadas e futuras. Por meio da análise da cultura material deixada ao longo do tempo é possível vislumbrar as relações que nossos antepassados construíram entre si e com a natureza. Portanto, esse acervo é a materialização do pensamento e das formas de vida dos diversos povos e, por isso, como conjunto de expressões materiais da cultura, é patrimônio. Compõe parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras, os acervos podem vir a ser registrados e incorporados à memória local, regional e nacional (MORAIS, 2006).

O vestígio material arqueológico, enquanto patrimônio, é um bem da União, sendo regido pela Constituição Federal de 1988, pelo artigo 216, inciso V, assim como no artigo 20, inciso X, e na Lei 3.924 de 1961, tendo a competência de gestar políticas de proteção, principalmente a partir de seu órgão operacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BASTOS et al, 2005). Nesse aspecto, este organismo governamental vem desenvolvendo uma série de ações que visam compatibilizar a preservação arqueológica com as novas demandas que emergem do desenvolvimento das pesquisas, com o intuito de regulamentar as práticas capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

Em parceria com o gestor federal, instituições voltadas à preservação do patrimônio arqueológico e estruturadas no âmbito estadual e municipal -os museus-

permitirão maior controle da comunidade local na preservação de seu patrimônio. Isso porque possibilitarão um envolvimento direto dos interesses individuais com os temas abordados coletivamente, facilitando, assim, a mobilização de diferentes segmentos organizados, no caso do MAnA – UFU, nos municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

É importante ressaltar que a sensibilização dos munícipes por meio de instrumentos educacionais que estimulem a valorização de seus bens patrimoniais, tanto materiais como imateriais e ambientais, podem contribuir para aprimorar a gestão do patrimônio local, fortalecer a memória de seu povo e consolidar as ideias presentes no âmbito das políticas públicas associadas a preservação patrimonial em desenvolvimento no país.

A conjugação dos dados arqueológicos levantados, ainda que preliminarmente, associados a relatos orais, bibliográficos, de campo e dos documentos históricos sobre as ocupações indígenas da região confirmam o altíssimo potencial arqueológico das áreas banhadas pelas bacias do rio Grande e rio Paranaíba. Isso não apenas torna o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba uma área de grande interesse para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares sobre as ocupações humanas, como torna imprescindíveis as atividades de proteção a esse importante patrimônio arqueológico. Tudo isso justifica mais que plenamente a consolidação de uma instituição, ainda inexistente na região, de guarda de bens arqueológicos como o Museu de Antropologia e Arqueologia –MAnA- UFU e fortalece as ações de proteção, estudo e extroversão do patrimônio arqueológico indígena regional.

Referências bibliográficas

ALVES, Daniella Santos. **Do alto do Espia: gentios, calhambolas e vadios no sertão do Campo Grande - séc. XVIII**. 2017. (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Uberlândia, 2017.

ALVES, Márcia Angelina. As Estruturas Arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. **Revista de Arqueologia e Etnologia**, nº 2: 27-47, 1992.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n.44: 32-50, 1999-2000.

BASTOS, R., SOUZA, M. e GALLO, H. (Org.) **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico**. 9ªSR/IPHAN. São Paulo. 2005.

BLASIS, P.A.D. De (coord.). **Programa de monitoramento arqueológico da faixa de depleção da UHE, Água Vermelha: fase de diagnóstico. (Relatório final)**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

BRAGA, Peixoto da Silva. “Notícia 1ª prática que dá ao P. M. Diogo Soares o Alferes Peixoto da Silva Braga [...]”. In: **TAUNAY, Afonso d’E.** (ed.) *Relatos sertanistas* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, pp. 121-137.

CAMPOS, Antonio Pires de. “Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo [...]”. In: **TAUNAY, Afonso d’E.** (ed.) *Relatos sertanistas*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, pp. 181-200.

DE BLASIS, P. de, e MORALES, W. F. Analisando sistemas de assentamento em âmbito local: uma experiência com full-coverage survey no bairro da Serra. **Revista do MAE**, n. 5, 1995.

DELFORGE, A. H. **O Gerenciamento do patrimônio arqueológico em Minas Gerais utilizando-se Sistemas de Informação Geográfica**. (Mestrado em Geografia), PUC MG, 2010.

EREMITES DE OLIVIERA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 29 (1): 136-160, 2016.

EREMITES DE OLIVIERA, Jorge. Revisitando uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. In: Campos, Juliano B.; Rodrigues, Marian H.S.G.; Funari, Pedro Paulo A. (Orgs.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direitos**. EdiUnesc, Criciúma, 2017, p. 32-75.

EWART, Elizabeth. “Fazendo pessoas e fazendo roças entre os Panará do Brasil Central”. **Revista de Antropologia**, 48(1): 9 – 35, 2015.

FAGUNDES, M. Histórico das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro: a história indígena pré-colonial. In: FERREIRA FILHO, A.J. **Índios do Triângulo Mineiro: História, Arqueologia, fontes e Patrimônio –Pesquisas e Perspectivas**. Uberlândia: EdUfu, MG, 2015, p. 99-145.

FAGUNDES, M. **Sítio Rezende: das cadeias operatórias ao estilo tecnológico – um estudo de dinâmica cultural no médio vale do Paranaíba, Centralina, Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado). MAE-USP. SP. 2004.

FERREIRA FILHO, Aurelino José. (org.). **Índios do Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio - pesquisas e perspectivas**. EDUFU, 2015.

FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia**. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará: Luta e sobrevivência de um povo no Brasil Central**. Campinas: Ed da Unicamp, 1997.

HEELAS, Richard. **The social organisation of the Panará, a Gê tribe of Central Brazil**. Phd. Tese. St. Catherine's Colege, University of Oxford, 1979.

HODDER, I. **Symbolic and Structural Archaeology**. Cambridge, University Press. 1982.

JONES, Siân. **The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present**. London, New York: Routledge, 1997.

JUNQUEIRA, Gabriela G. **O visível e o invisível nas relações de contato de grupos Jê meridionais: uma análise da caça, guerra e dos rituais funerários como relações de predação, produção e controle dos poderes latentes da alteridade**. (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS - INCIS - Universidade Federal de Uberlândia. 2017.

KENT, S. **Understanding the use of space: an ethnoarchaeological approach**. In: Method and theory for activity area research (An ethnoarchaeological approach). New York: Columbia University Press. 1987.

MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56: 511-546, 2015.

MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. **Revista de Ciências Sociais –Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 34, p. 193 –212, 2011.

MANO, Marcel. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. **Tellus**, n. 22: 133-154. Campo Grande, 2012,

MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. **Cadernos de Pesquisas CDHIS**, vol. 23 (2): 325 - 348, 2010.

MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MEDEIROS, J.C. **Cultura material lítica e cerâmica das populações pré-coloniais dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: estudo das cadeias operatórias**. São Paulo: dissertação de mestrado, MAE/USP, 2007.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: Patrimônio: atualizando o debate. (Org.) Mori, Victor H. et all. **9ªSR/IPHAN**. São Paulo. 2006.

MONTEIRO, John M. **“Os guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI – XVII”**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (ed.). **História dos índios no Brasil**. pp. 475-498. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

MORAIS, J. L. Arqueologia de Salvamento no Estado de São Paulo. **Dédalo**, São Paulo, MAE-USP, v.28, 1990, SP.

MORAIS, J. L. Projeto Paranapanema: resgate do patrimônio arqueológico do complexo Canoas, margem paulista. **Plano de trabalho da Segunda etapa**. São Paulo: MAE-USP, 1997, SP.

MORAIS, José L. Reflexões acerca da arqueologia preventiva. In: MORI, Victor H. et all. (orgs). **Patrimônio: atualizando o debate**. 9ªSR/IPHAN. São Paulo. 2006.

MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

OLIVEIRA, Ana G. de. Salvaguarda do patrimônio cultural: bases para constituição de direitos. **Patrimônio: Revista eletrônica do IPHAN. Coletânea virtual: Textos especializados**. 2004. Artigo disponível no site www.ipham.gov.br.

PROUS, André **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, 44 (1), 2000.

RODRIGUES, Álvaro A. **Contato e guerra: etnohistória de um gentio Cayapó**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PPGCS – INCIS - Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

RODRIGUES, Robson. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial na área da Fazenda Umuarama, município de Itapagipe, estado de Minas Gerais**. Fundação Araporã. Araraquara-SP. 2015.

SCHIAVETTO, Solange N. O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional. In: FUNARI, P. A.; Orser Jr., C. Schiavetto, S. N.O. (orgs). **Identidade, discurso e poder: Estudos de Arqueologia contemporânea**. Annablume, São Paulo, 2005. p. 77-90.

SCHIFFER, M. B. Technology and Society. In: SCHIFFER, M.B. (Ed.). **Technological Perspectives on Behavioral Change**. Tucson: University of Arizona Press. 1992. p. 130- 141.

SCHWARTZMAN, Stephan. **The Panará of the Xingu National Park, the transformations of a society**. Phd. Tese. Chicago. University of Chicago, 1987.

SEGALA, Lygia. Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep. In: **Patrimônio: Revista eletrônica do IPHAN. Dossiê Educação patrimonial**, nº 3 - Jan - Fev. 2006. Artigo disponível no site www.ipham.gov.br.

SILVA, Fabiola A. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu – Pará. **Horizontes Antropológicos**, 8 (18): 175-187, 2002.

SOUZA, Laize Carvalho; SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. Arqueologia Pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí. **Rev. Arqueologia Pública**, 11(1): 69–85 Campinas, julho/2017.

THOMPSON, R.H. The archaeological purpose of ethnoarchaeology. In: **Ceramic Ethnoarchaeology**. University of Arizona Press. 1991.

TOMASO, Isabela & LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural**. Brasília: ABA Publicações – Associação Brasileira de Antropologia. 2002.

TURNER, Terence. “Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). **História dos índios no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1992, pp: 311-338.

VELDEN, Felipe V. Cacos de espíritos: aproximações entre Arqueologia e Antropologia no caso Karitiana em Rondonia. **Amazônica Rev. Antropol.** (Online) 10 (1): 182 – 208, 2018.

ZISSI, Gabriel Asnis Peres. **Da guerra à paz? Dicotomias que escondem múltiplos caminhos: análise histórica sobre os “Cayapó” aldeados em Maria I e São José de Mossâmedes**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS - INCIS – Universidade Federal de Uberlândia. 2019.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em abril de 2020.